

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
UNIDADE EDUCACIONAL DE SANTANA DO IPANEMA - CAMPUS SERTÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

RAWELLY FERREIRA NOBRE

**A EVOLUÇÃO DA POBREZA EM ALAGOAS E SEUS DETERMINANTES NO
PERÍODO DE 1991 E 2000**

Santana do Ipanema-AL

2018

RAWELLY FERREIRA NOBRE

**A EVOLUÇÃO DA POBREZA EM ALAGOAS E SEUS DETERMINANTES NO
PERÍODO DE 1991 E 2000**

Monografia apresentada para aprovação na disciplina de Conclusão de Curso como requisito final de obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Econômicas na Universidade Federal de Alagoas – UFAL Campus Sertão – Unidade Acadêmica de Santana do Ipanema.

Orientador: Professor Dr. Cristiano da Silva Santos.

Santana do Ipanema-AL

2018

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Unidade Santana do Ipanema
Responsável: Rafaela Lima de Araújo – CRB4 2058

N754e Nobre, Rawelly Ferreira.
A evolução da pobreza em Alagoas e seus determinantes no período de 1991 e 2000. / Rawelly Ferreira Nobre.
f.48: il.
Orientador: Cristiano da Silva Santos.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Alagoas. Unidade Santana do Ipanema. Curso de Ciências Econômicas. Santana do Ipanema, 2018.
Bibliografia: f. 44 - 47.
Apêndice: 48.
1. Pobreza. 2. Indicador socioeconômico. 3. Evolução da pobreza .
4. Alagoas. I. Título.

CDU: 364.662

RAWELLY FERREIRA NOBRE

**A EVOLUÇÃO DA POBREZA EM ALAGOAS E SEUS DETERMINANTES NO
PERÍODO DE 1991 E 2000**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado no Curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal de
Alagoas, como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em
Economia.

Cristiano da Silva Santos

Prof. Dr. Cristiano da Silva Santos - UFAL (Orientador)

Banca Examinadora:

Alex Nascimento dos Santos

Prof. Me. Alex Nascimento dos Santos - UFAL (Examinador Interno)

Izabelita Oliveira Barboza

Prof. Me. Izabelita Oliveira Barboza - UFAL (Examinador Interno)

Dedico este, bem como as minhas demais conquistas, aos meus amados pais e irmãos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado sabedoria, saúde e força para concluir todo este trabalho, superando todas as dificuldades.

Agradeço aos meus pais e irmãos que me incentivaram e apoiaram incondicionalmente nesta jornada.

Agradeço a Thâmara por ter sido mais do que uma namorada e ter me ajudado durante todo esse tempo, dando força para sempre continuar.

A UFAL e a todo seu corpo docente, direção e administração pela contribuição na minha vida acadêmica e profissional.

A meu orientador Cristiano, pelos ensinamentos e toda dedicação e atenção para conclusão deste trabalho.

Aos meus amigos e colegas pelo incentivo e apoio constante.

E por fim, a todos aqueles que de alguma forma estiveram e estão próximos a mim, contribuindo para minha formação acadêmica.

“É na pobreza que os princípios e as atitudes geram riqueza.”

(Autor desconhecido)

RESUMO

A presente pesquisa busca discutir como os indicadores socioeconômicos e desigualdades de renda afetam a pobreza no Estado de Alagoas, sendo possível identificar e caracterizar os principais determinantes da pobreza, mencionando as políticas específicas para redução da mesma e sua evolução nos períodos de 1991 e 2000. Esta análise permitiu identificar e definir pessoas pobres aquelas que possuem uma renda domiciliar per capita de até meio salário mínimo, através de uma apresentação bibliográfica e descritiva, seguindo os dados do IPEADATA para execução de gráficos, tabelas e modelos econométricos de MQO agrupado e MQO de primeiras diferenças. Esta análise permitiu evidenciar quais indicadores impactaram positivamente e negativamente na pobreza, sendo possível observar que mesmo havendo diminuição da pobreza em Alagoas há uma necessidade de impulsionar o crescimento econômico para que assim obtenha uma diminuição da pobreza e melhor qualidade de vida.

Palavras-chave: Pobreza. Indicadores socioeconômicos. Evolução da pobreza. Alagoas.

ABSTRACT

The present research seeks to discuss how socioeconomic indicators and income inequalities affect poverty in the state of Alagoas. It is possible to identify and characterize the main determinants of poverty, mentioning the specific policies to reduce poverty and its evolution in the periods of 1991 and 2000. This analysis allowed identify and to define poor people who have a per capita household income of up to half a minimum salary, through a bibliographical and descriptive presentation, following the IPEADATA data for the execution of graphs, tables and econometric models of pooled MQO and MQO of first differences. This analysis made it possible to show which indicators had a positive and negative impact on poverty. It is possible to observe that even though poverty alleviate in Alagoas, there is a need to boost economic growth so that poverty and a better quality of life can be achieved.

Keywords: Poverty. Socioeconomic indicators. Evolution of poverty. Alagoas.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Regressão de 101 municípios alagoanos nos anos de 1991 e 2000.....	39
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – A evolução do Índice de Gini versus Proporção de Pobres para Alagoas, de 1981 a 2005.....	20
Gráfico 2 – Evolução da Taxa de Emprego versus Proporção de Pobres para Alagoas de 1981 a 2002.....	21
Gráfico 3 – A evolução da Taxa de Analfabetismo total para população de 15 anos e mais versus Proporção de Pobres para Alagoas, de 1981 a 2005.....	22
Gráfico 4 – Evolução do percentual de pessoas pobres, para Alagoas, Nordeste e Brasil – 1981 a 2005.....	29
Gráfico 5 – Principais municípios mais pobres no ano 1991.....	37
Gráfico 6 – Principais municípios mais pobres no ano 2000.....	37

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Percentual de pessoas pobres em Alagoas no ano 1991.....	35
Figura 2 – Percentual de pessoas pobres em Alagoas no ano 2000.....	35

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 – Variáveis utilizadas no modelo econométrico (1991 – 2000)	31
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PIU	Pessoas que completaram pelo menos um ano de curso universitário
PNC4F	Pessoas que não completaram a quarta série do fundamental
DEE	Domicílios com energia elétrica
DILT	Desigualdade - Índice L de Theil
DSCL	Domicílios com serviço de coleta de lixo
EE	Evasão escolar - pessoas 5 a 6 anos - fora da escola
ER	Enfermeiros residentes com curso superior
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDHMDL	IDHM - Dimensão Longevidade
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPEADATA	Base de dados macroeconômicos sobre o Brasil organizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)
IPH	Índice de Pobreza Humana
MQO	Mínimos Quadrados Ordinários
PBF	Programa Bolsa Família
PIB	Produto Interno Bruto
PP	Pessoas Pobres
PR	População Rural
TG	Transferências Governamentais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 LINHA DA POBREZA	16
3 DETERMINANTES DA POBREZA	18
3.1 Desigualdade de renda	18
3.2 Emprego	20
3.3 Educação	22
3.4 Saúde	23
3.5 Principais determinantes da pobreza	24
4 EVOLUÇÃO DA POBREZA	27
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	31
6 RESULTADOS E DISCURSÕES	35
6.1 Evolução da pobreza em Alagoas	35
6.2 Determinantes da pobreza em Alagoas	38
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	44
APÊNDICE	48
 APÊNDICE A	48

1 INTRODUÇÃO

A população em situação de pobreza é considerada aquela que possui renda domiciliar per capita de até meio salário mínimo, considerando ainda que a maior parte da população pobre se localiza no Nordeste, podendo então verificar que no Estado de Alagoas os indicadores socioeconômicos apresentam intensas desvantagens, tais como, baixo índice de analfabetismo, desemprego, desigualdade de renda e demais indicadores que se relacionam com a pobreza. (TEJADA *et al.*, 2007).

De acordo com Bezerra *et al.* (2010), em Alagoas no ano de 2000, foi considerado que em média 62% da população eram considerados pobres, embora que, Sobel, Gonçalves e Costa (2010), informam que a evolução da pobreza em Alagoas é perceptível sobre a mensuração e análise dos seus indicadores, sendo necessário verificar que esta evolução pode estar relacionada a uma pior infraestrutura econômica-social, como a má distribuição de renda e má influência decisiva da ação governamental.

Para mensurar a pobreza é estabelecida uma linha de pobreza baseada na renda de cujo valor igual à metade do salário mínimo, onde as questões sociais, culturais, políticas e ambientais vêm sendo discutidas ao longo do tempo, sendo necessário ainda, avaliar também as questões econômicas locais para então considerar a qualidade da vida humana de forma mais ampla. Desse modo se torna importante apresentar conceitos sobre pobreza, definindo-a de forma geral, demonstrando seus termos e requisitos para satisfazer as necessidades alimentares básicas das famílias.

De acordo com Pizzio (2010), a construção dos indicadores da pobreza mede a insuficiência de renda, além de reduzir e objetivar a pobreza de modo próprio, contando com limitações que interrogam, definem e qualificam a realidade da humanidade, observando a intensidade da pobreza e a desigualdade de renda entre os pobres.

Assim, se torna importante entender e analisar os conceitos sobre linha da pobreza no Estado de Alagoas, como também a sua evolução através dos seus principais determinantes, tais como, desigualdade de renda, emprego, saúde, habitação e educação, além das ações e projetos que auxiliam na redução e combate à pobreza. Ainda assim, é necessário discutir e observar as necessidades dos cidadãos, localizando os mais pobres para então mobilizar atividades capazes de reduzir a pobreza.

Com isto, ao analisar os municípios do Estado de Alagoas, onde, na região do sertão alagoano a pobreza está mais concentrada, percebe-se que existe uma diminuição da pobreza, e dentre alguns de seus determinantes a educação tem um maior impacto positivo, fazendo

com que quanto maior for o índice educacional, maior será a redução da pobreza, sendo ainda possível observar uma fragilidade na economia do Estado necessitando de ações e políticas para uma melhor qualidade de vida de toda população.

Este trabalho está dividido em sete capítulos a contar desta Introdução, seguido dos demais capítulos que se referem à linha da pobreza, determinantes da pobreza, evolução da pobreza e procedimentos metodológicos que apresentam fundamentos e informações necessárias para a obtenção dos resultados e suas respectivas discussões, apresentando os problemas estruturais do Estado e a necessidade de impulsionar atividades, políticas e ações governamentais para redução da pobreza, por fim, o trabalho finaliza apresentando suas considerações finais.

2 LINHA DA POBREZA

Existe uma grande discussão sobre estudos da pobreza e suas causas, e a forma como ela é avaliada vem evoluindo com o passar do tempo, da mesma forma que buscas são feitas para reduzir a pobreza e aumentar a qualidade de vida. Deste modo, é necessário inicialmente conceituar e definir a pobreza.

A pobreza é definida como a privação acentuada de bem estar, como as necessidades básicas, tais como educação, alimentação e vestuário, ainda que a pobreza também seja conceituada por aqueles que não possuem renda ou patrimônio suficiente, adequados para suprir as suas necessidades, como o acesso a bens e serviços. (HOLANDA *et al.*, 2006, *apud*, CAMPOS *et al.*, 2010)

Existem conceitos diferentes para pobreza, como a pobreza absoluta, que é definida como pessoas cuja renda mensal per capita é de até meio salário mínimo, e pobreza extrema, com um rendimento mensal per capita de no máximo um quarto de um salário mínimo. Em análise destas informações, verifica-se que a pobreza extrema entre 1995 e 2008 tinha maior concentração na região Nordeste, sendo em 2008 o Estado de Alagoas com a maior taxa de pobreza extrema, seguido por Maranhão e Piauí. Neste mesmo período foi observado uma diminuição tanto na pobreza absoluta quanto na extrema em várias regiões do Brasil.(CASTRO *et al.*, 2010).

De acordo com Barros (1995, p.11), “[...] um indivíduo que se encontra entre os 20% mais ricos da população é cerca de 4 vezes maior do que a renda de um indivíduo que se encontra entre os 20% imediatamente anteriores.”, neste sentido a pobreza pode ser analisada por meio de alguns indicadores de qualidade de vida e bem estar, como a renda, saúde, habitação, educação, moradia, violência, e outros indicadores considerados importantes e que conceituam a pobreza. Embora que, para Marinho e Soares (2003), a definição da pobreza é a insuficiência de renda, ou seja, uma renda necessária para adquirir bens essenciais para sobrevivência, podendo ser medida através de uma renda per capita menor ou semelhante a uma determinada linha de pobreza.

Neste sentido, pode-se então considerar que para medir a linha da pobreza é necessário determinar alguns de seus indicadores, como os de bem estar, que são avaliados de acordo com as necessidades e satisfações de cada indivíduo, sabendo que “[...] o indivíduo considerado pobre é aquele que faz parte de uma família cuja renda per capita seja inferior ou igual a uma determinada linha da pobreza”. (MARINHO e SOARES, 2003, p.4).

Já para Sachs (2005, *apud*, CAMPOS *et al.*, 2010), a extrema pobreza, também considerada como miséria, relaciona-se com famílias que passam por fome, falta de acesso a saúde, água potável e até mesmo a saneamento básico, além de uma má formação educacional. Todos estes fatores são mal administrados e de certa forma não executados de maneira correta pelo poder político, onde em concordância com Hoffmann (1998, p.20), “[...] A idéia de pobreza está associada a condições de vida inadequadas decorrentes de baixos rendimentos.” Contudo, é possível analisar a pobreza no Brasil e seus estados a partir da linha da pobreza, revendo as diferentes situações que a mesma apresenta diante dos aspectos relacionados às necessidades básicas e as condições de vida que cada família brasileira possa apresentar.

Desse modo, na chamada linha de pobreza, “[...] São definidos como pobres os indivíduos cuja renda familiar *per capita* é inferior ao valor que corresponderia ao necessário para atender a todas as necessidades básicas.” (ROCHA, 2006, p.266 e 267). Sendo que, no final da década de 90, os direitos à saúde, educação e adoção do salário mínimo, foram considerados determinantes para afetar favoravelmente as condições de vida dos mais pobres a partir no ano de 2000.

Com isto, foi observada a necessidade de manter constante o valor assumido pela linha da pobreza ao longo do tempo, pois, durante o período de 1995 a 2005 o salário mínimo sofreu alterações, e para manter o grau comparativo entre os anos, não podem existir flutuações no valor real da linha da pobreza, assim, foi considerando meio salário mínimo, além da proporção de pessoas que tinham a renda *per capita* inferior à linha da pobreza, considerando ainda que políticas públicas seriam voltadas a elevar a renda dos menos pobres, a fim de combater à pobreza. (MACHADO, 2007, *apud*, SOBEL; GONÇALVES e COSTA; 2010).

Diante disto, a linha da pobreza a ser seguida está de acordo com estudos feitos por Castro *et al.* (2010) e Machado (2007, *apud*, SOBEL; GONÇALVES; COSTA, 2010) citados anteriormente, onde pessoas pobres são definidas como aquelas cuja renda familiar *per capita* é de até meio salário mínimo.

3 DETERMINANTES DA POBREZA

Pessoas consideradas pobres são aquelas que se limitam ao nível crítico de renda necessário para participar na vida econômica, ou seja, são pobres aquelas que se encontram abaixo desse nível, e para que haja uma redução na pobreza existindo uma relação entre o crescimento econômico e reduções da pobreza existem variáveis e determinantes como inflação, desigualdade de renda, educação, desemprego, entre outras. (TEJADA *et al.*, 2007). Desse modo, quatro determinantes da pobreza são avaliados neste sentido.

3.1 Desigualdade de renda

Existem algumas explicações referentes ao impacto da distribuição de renda nos níveis de pobreza, exemplo disto, é quando uma economia tende a ser ineficiente quando existe uma má distribuição de renda, pois, os indivíduos não possuem os mesmos acessos aos bens e serviços, levando a consequências como menores investimentos e baixas taxas de poupança. (TODARO; SMITH, 2009, *apud*, CARNEIRO; BAGOLIN; TAI, 2016).

Diante disto, o Governo brasileiro com o intuito de combater a pobreza e desigualdade, implantou políticas de transferência de renda para redução dos mesmos, onde já havia alguns programas com este objetivo que duraram até o ano de 2003, quando ocorreu uma reformulação unificando estes programas existentes criando assim o Programa Bolsa Família (PBF). (ARAÚJO; MARINHO, 2015). E em concordância com Lima, Moreira e Souza (2014), o PBF surgiu justamente com a unificação de cinco programas já existentes, como: o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação, o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à saúde, o Cadastramento Único do Governo Federal, ambos criados em 2001, como também o Programa Auxílio-Gás criado em 2002 e o Programa Nacional de Acesso à Alimentação criado em 2003.

Para entender melhor sobre o PBF, Lima, Moreira e Souza (2014), consideram que este é um dos programas classificados para transferência de renda, e o seu valor do benefício é reajustável e varia conforme a renda domiciliar per capita da família, pelo número e idade de cada filho, considerando assim, que os programas de transferência de renda tem o objetivo de reduzir a pobreza e melhorar a distribuição de renda, ainda que, alguns programas geram condições aos beneficiários para acessar o mercado de trabalho, educação, alimentação, saúde, entre outros. Já Afonso *et al* (2008, *apud*, LIMA; MOREIRA; SOUZA, 2014), afirmam que as políticas públicas afetam a distribuição de renda diretamente pelos gastos públicos, mais também mostram que a eficiência de gastos públicos pode promover uma

distribuição de renda igualitária à população, observando essa eficiência em países com melhor desempenho educacional. No entanto, para que haja uma redução da pobreza é necessário existir um crescimento econômico, redução da desigualdade e políticas como o PBF e outras ações que auxiliam os mais pobres.

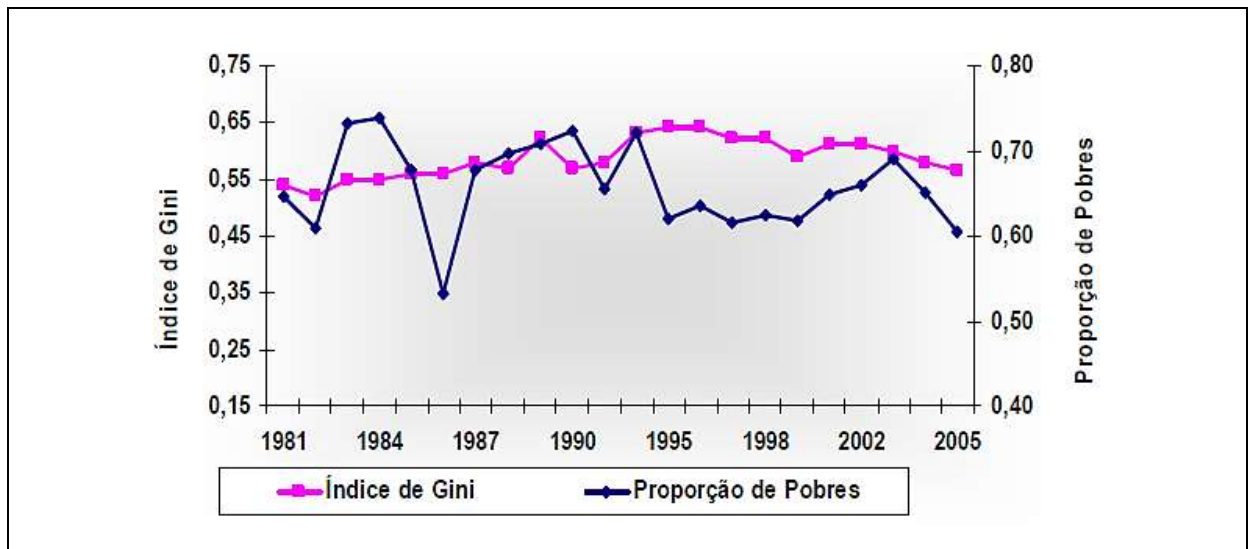
Nota-se que nem sempre foi compreensível combater a pobreza relacionando crescimento econômico com melhor distribuição de renda, Kuznets (1995, *apud*, LIMA; MOREIRA; SOUZA, 2014), no entanto, fez esta relação entre crescimento econômico e distribuição de renda, sendo a mesma observada por economias modernas e desenvolvidas, mostrando que a desigualdade de renda aumenta na fase inicial do crescimento econômico, atingindo em seguida um ponto máximo que se estabiliza por um determinado tempo, passando a decrescer de acordo que a economia continua crescendo.

Neste sentido, o crescimento econômico e desigualdade são estudados por diversos autores, e Araújo e Marinho (2015) mostram em seu artigo como a desigualdade de renda afeta o crescimento econômico, considerando que desde a década de 70 até a metade da década de 90 a desigualdade de renda crescia e vinha sendo mantida elevada, tendo apenas uma redução diante da implantação do Plano Real, além disso, também é estudada a relação entre desigualdade e educação, considerando que o bem-estar dos pobres depende do conhecimento, fazendo com que a educação tenha a função de desenvolver habilidades e conhecimentos que levar a um aumento de produtividade, aumento da renda e consequentemente a redução da desigualdade.

Segundo Ahluwalia (1976, *apud*, LIMA; MOREIRA; SOUZA, 2014), foi realizado um estudo com alguns países, analisando a relação entre distribuição de renda e crescimento econômico e teve como resultado um crescimento no início do desenvolvimento econômico, porém, começa a decrescer posteriormente, sendo esse processo mais prolongado nos países mais pobres, onde, em seguida foi possível explicar uma melhora na distribuição da renda na fase final, mudando as estruturas de produção, aumentando o nível educacional e nível da força de trabalho no processo de desenvolvimento econômico, compreendendo então que o crescimento econômico é importante para redução da desigualdade e da pobreza.

Diante de todos estes estudos, é necessário medir o grau de desigualdade de renda, e para medir Tejada *et al.*, (2007) utiliza o Índice de Gini baseando-se pela renda domiciliar per capita das famílias, com uma variação que explica quando há ou não desigualdade de renda, considerando uma variação que vai de 0 a 1 e quanto mais próximo de 1 maior será a desigualdade, como mostrado no Gráfico 1 logo abaixo.

Gráfico 1 – A evolução do Índice de Gini versus Proporção de Pobres para Alagoas, de 1981 a 2005.



Fonte: Tejada *et al.* (2007, p.15), com base no IPEADATA.

Nota: Linha de pobreza seguida foi de meio salário mínimo

Em concordância com Tejada *et al.*, (2007), aproximadamente no período de 1981 a 1996 a desigualdade de renda tenderia a ser mais elevada, embora que a partir de 1996 o Índice de Gini diminuiria, observando que até 2003 o percentual seria de 4,23%, ainda que a proporção dos pobres estaria 6,29% mais elevada no mesmo período, e em anos seguintes (2003-2005) a pobreza teve uma redução significativa, podendo então compreender que só a partir de 2003 a redução da desigualdade contribuiu para a redução da pobreza, gerando assim um aumento na renda daqueles considerados mais pobres.

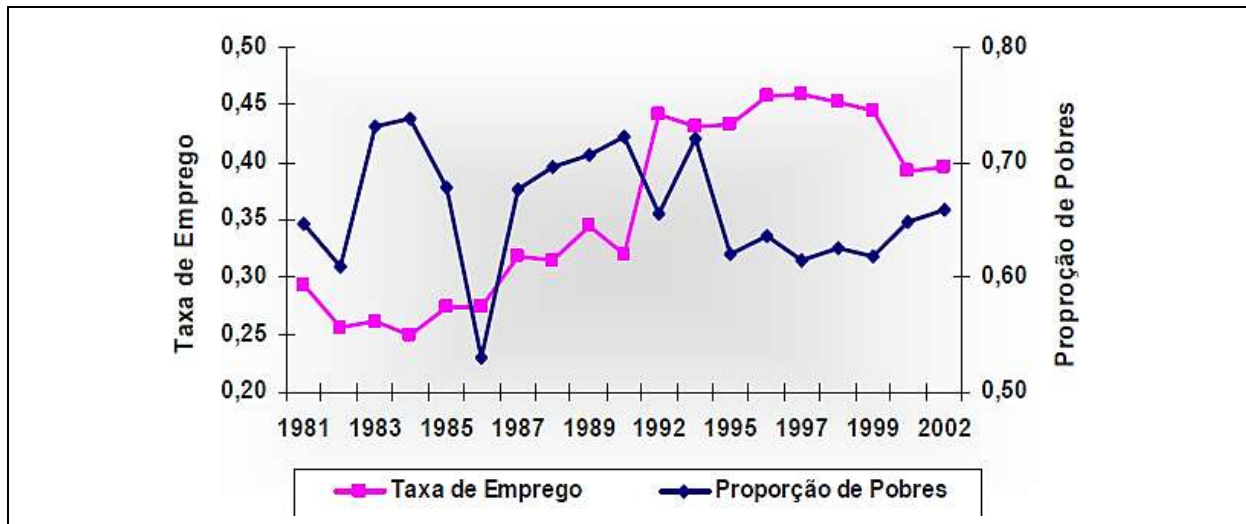
Pode-se então considerar que, a renda familiar ou domiciliar per capita resulta nos rendimentos de todas as origens, como aposentadoria, trabalho e até mesmo de aluguéis, que são os rendimentos recebidos por todos os membros das famílias, sendo assim a renda total das famílias cresceram 4,5% entre os anos de 2003 e 2004, destacando dois aspectos importantes para isso, o primeiro seria a renda advinda do trabalho como principal componente e o outro seria a renda oriunda de juros. (ROCHA, 2006). Considera-se ainda, que o uso correto dos recursos humanos e remuneração são uns dos principais determinantes do nível de pobreza, pois, uma melhor remuneração e alocação correta desses recursos fazem com que diminua o nível da pobreza para esses participantes. (TEJADA *et al.*, 2007).

3.2 Emprego

Conforme Tejada *et al.* (2007, p.16), “Um dos principais determinantes do nível de pobreza numa sociedade é como os recursos humanos são usados e remunerados”, ou seja, quanto maior for a eficiência de recursos atribuídos perante atividades econômicas, melhor

será a remuneração recebida, e conseqüentemente reduzirá o nível de pobreza existente, deste modo, uma das atividades utilizadas pela sociedade para atribuição de recursos é o emprego, onde a evolução de sua taxa ocorre com o passar dos anos, como mostrado no Gráfico 2 a seguir.

Gráfico 2 – Evolução da Taxa de Emprego versus Proporção de Pobres para Alagoas, de 1981 a 2002.



Fonte: Tejada *et al.* (2007, p.16) com base no IPEADATA.

Nota: Linha de pobreza seguida foi de meio salário mínimo

É perceptível a elevação da taxa de emprego entre os anos de 1981 a 2002, já a proporção de pobres foi reduzida em 1984 e nos dois anos seguintes, embora que entre 1987 e 1993 a proporção dos pobres tenha-se elevado e no ano seguinte (1994) até o ano de 1999 mesmo que a taxa de emprego mantivesse elevada, a proporção de pobres estaria reduzida, conclui-se então que quanto maior a taxa de emprego, menor será a proporção de pobres. (TEJADA *et al.*, 2007).

Desse modo, é possível então mencionar que ao analisar os dados do Censo de 2000, Barbosa (2004) citado por Araújo, Campelo e Marinho (2013), cita que a pobreza e o desemprego estão relacionados, e estes explicam a estrutura de mercado, ainda assim, estudos mostram que as crises econômicas acabaram desencadeando o desemprego no país, levando a ampliação do nível da pobreza e desigualdade social, podendo ainda acrescentar que quanto maior for à taxa de desemprego, maior será a proporção de pobres, considerando assim, que a qualidade de vida social seria reduzida.

Martins (2002, p. 175) afirma que do ponto de vista da Organização das Nações Unidas (ONU),

[...] a qualidade de vida está relacionada à satisfação do cidadão, no que diz respeito ao acesso à alimentação, aos serviços de saúde e seguro de vida, ao conhecimento, às boas condições de trabalho, à segurança contra o crime e

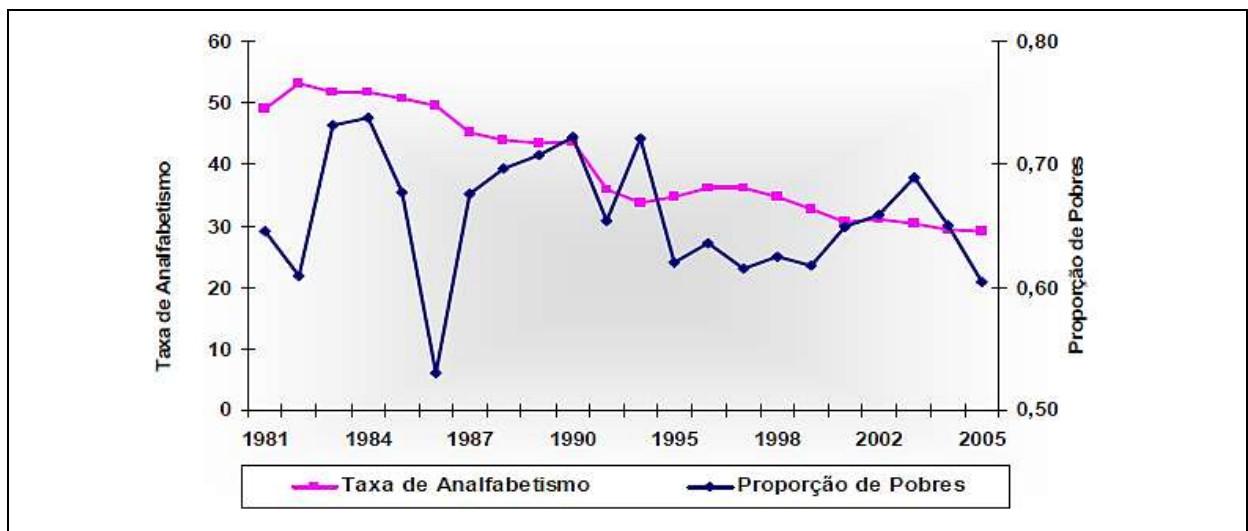
contra a violência física, ao lazer e à participação nas atividades econômicas, culturais e políticas da comunidade.

Pode-se então compreender que a qualidade de vida é um bem necessário de satisfação de um indivíduo ou família, e para que isso ocorra é importante existir a promoção de distribuição de bens específicos para aumentar a produção e conseqüentemente melhorar as condições de vida dos cidadãos. Diante disto, se os trabalhadores fossem tratados igualmente sem nenhuma diferença, o mercado de trabalho seria mais proveitoso e a produtividade de trabalho seria maior, levando a uma maior satisfação dos trabalhadores e da economia.

3.3 Educação

Em Alagoas existe uma relação entre riqueza e acumulação de capital humano e dessa forma Tejada *et al.* (2007) exemplifica que quanto maior for o capital humano, como educação e como saúde, maior será a produtividade de economia e assim maior será a riqueza atribuída. Diante disto, o Gráfico 3 a seguir mostra a relação entre pobreza e educação, analisando e verificando a taxa de analfabetismo.

Gráfico 3 – A evolução da Taxa de Analfabetismo total para população de 15 anos e mais versus Proporção de Pobres para Alagoas, de 1981 a 2005.



Fonte: Tejada *et al.* (2007, p.17).com base no IPEADATA.

Nota: Linha de pobreza seguida foi de meio salário mínimo

Na taxa de analfabetismo definida percentualmente com pessoas de 15 ou mais anos de idade como aquelas que não sabem ler e nem escrever, a evolução é mostrada entre os anos de 1981 e 2005, considerando que durante este período a taxa de analfabetismo teve uma queda mais perceptível, embora que a proporção de pobres tenha oscilado bastante no mesmo período analisado, apresentando assim quedas percentuais significativas. De certa forma

pode-se dizer que quanto menor for a taxa de analfabetismo, menor será a proporção de pobres, cabendo ainda salientar que um baixo nível de escolaridade é um dos fatores que evidenciam a pobreza, já que esta esteja associada a diversas causas. (TEJADA *et al.*, 2007).

Diante disso, considera-se que, “[...] O acesso à educação de boa qualidade conduz os mais pobres a obterem uma melhor posição no mercado de trabalho e a romperem o círculo da pobreza” (ARAÚJO; CAMPELO; MARINHO, 2013, p.7). Com isto, é importante mencionar que com a educação é possível desenvolver conhecimentos e melhores habilidades, obtendo assim ganhos produtivos, gerando melhor grau de produtividade e consequentemente gerando um aumento de renda, proporcionando melhores condições de vida.

3.4 Saúde

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é composto pelos indicadores referentes à saúde, renda per capita e educação, já o Índice de Pobreza Humana (IPH) é composto pela expectativa de vida, taxa de analfabetismo e até mesmo de variáveis como uma população com acesso a água potável, acesso à saúde pública e uma moradia qualificada, onde o Brasil apresenta um IDH médio alto e um Produto Interno Bruto (PIB) alto, mas, uma parcela da população, esta localizada na região Nordeste, apresenta carência em relação ao acesso à saúde e à água tratada, além da falta de acesso ao saneamento básico. Portanto, é possível mencionar que todos os fatores que afetam a pobreza, medidos por indicadores de qualidade de vida são considerados como socioambientais, já que se tratam das necessidades básicas das famílias brasileiras. (MARTINS, 2002)

E em concordância com Hardoy e Satterthwaite (1990), citado por Martins (2002), na qualidade socioambiental devem-se levar em consideração os problemas ambientais existentes e a gravidade que cada problema possa causar, reconhecendo tanto os impactos sobre a saúde do ser humano, como o dano ambiental que leva ao agravamento do esgotamento de recursos naturais. Desse modo, pode-se compreender que a qualidade ambiental é definida em função da qualidade de vida dos seres humanos, sabendo ainda que os fatores que afetam a pobreza estão interligados com os fatores que afetam a degradação ambiental, embora que, para medir a qualidade de vida é necessário verificar os seus indicadores, como acesso a água tratada e esgoto, além das condições de moradia e coleta de resíduos nas comunidades.

Para combater a pobreza é necessário existir políticas que incentivam o mercado e instituições, principalmente para prestar serviços sociais básicos não só da educação como também serviços de atendimento médico e nutricional. (CAMPOS *et al.*, 2010). E o que leva a impactar na extrema pobreza são as condições de infraestrutura domiciliar, onde Medeiros e

Neto (2011, p. 30) afirmam “[...] que, quanto menor a cobertura dos serviços de água, esgoto e coleta de lixo, maior tende a ser os indicadores de pobreza dos municípios”, com isso, as condições de saúde da população é afetada, acarretando assim em uma menor qualidade de mão de obra e conseqüentemente reduzindo a renda já que a produtividade dos trabalhadores foram afetadas.

Ainda assim, deve-se notar que pessoas com menores posses de ativos, aqueles considerados com uma menor renda, pobres e de extrema pobreza, têm mais necessidades dos serviços de saúde, embora que, com a dificuldade de acesso essas pessoas tendem a consumir menos desses serviços, e a procura por serviços de saúde tendem a ser mais por motivos de doença, deixando de lado a procura da prevenção, como a realização de exames de rotina. (NERI; SOARES, 2002). Neste sentido Buss (2007) considera que, as desigualdades em saúde são mais acentuadas entre pessoas pobres e ricas no interior de países pobres, ocorrendo tanto nos níveis de saúde e nutrição como no acesso aos serviços básicos sociais e de saúde, com isso, é importante a mobilização tanto do governo como mobilização de profissionais da saúde para compreenderem e lutarem contra uma globalização injusta, com diferenças e exclusão, pois, todos necessitam e precisam de um ambiente mais sustentável, de uma saúde de qualidade e melhores condições de vida.

3.5 Principais determinantes da pobreza

A pobreza e o padrão de vida estão relacionados quando se tratam da parte da sociedade que seja considerada pobre, e ao analisar a desigualdade e pobreza é considerado renda, riqueza, níveis de escolaridade e demais fatores que possam influenciar a desigualdade, mas, como a linha da pobreza é determinada pelo salário mínimo, este mesmo salário não cobre todas as necessidades básicas de um indivíduo, seja ele da área rural ou urbana. E mesmo que a maior parte dos pobres encontram-se localizados na área rural, alguns agricultores promovem a sua produção para o autoconsumo, levando ainda em consideração que o acesso inadequado de terra seja um dos principais fatores positivos que impactam a pobreza. (CAMPOS *et al.*, 2010).

De acordo com Martins (2002), o desenvolvimento humano no Brasil tem alguns aspectos, tais como; a extrema concentração de renda e riqueza, grandes desigualdades entre regiões, além, do alto percentual abaixo da linha da pobreza. E ao observar a renda distribuída à população brasileira, vê-se então que os mais pobres detêm em média apenas 2,5% da renda, enquanto os mais ricos detêm de 65% da renda, levando assim, a graves problemas principalmente na Região Nordeste. Barreto (2005) citado por Medeiros e Neto (2011),

menciona que a pobreza também é afetada pela forma como a renda se distribui, e a população mais pobre é a menos favorecida quando se trata de distribuição de renda. Contudo, pode-se afirmar que o IDH perante os seus aspectos, impacta negativamente na pobreza já que a distribuição de renda é desigual e a taxa da população mais pobre é elevada, da mesma forma pode dizer que a desigualdade afeta a pobreza.

E quando se trata de educação, é considerável afirmar que ela contribua na diminuição da desigualdade de renda, onde isto é observado a partir de estudos perante que, quanto mais rico for o estado, maiores serão as suas externalidades, dando um efeito para que haja a diminuição da desigualdade. (ARAÚJO; MARINHO, 2015). Desse modo é possível mensurar que sem a educação o índice de desigualdade seria elevado, onde em estados mais pobres a desigualdade estaria mais aparente, dando um efeito positivo à pobreza, acarretando em falta de emprego e falta de oportunidades para melhores condições de vida.

E neste sentido, deve-se manter investimentos em educação para promoção de crescimento econômico, ainda que isto também seja capaz de retirar as pessoas da extrema pobreza, pois, considera-se que quando eleva a renda per capita em 10%, a extrema pobreza é reduzida em 6%, já quando a taxa de analfabetismo reduz 10%, o percentual da população que se encontra na miséria é reduzido em mais de 5%, no entanto, conclui-se que, quando a taxa de analfabetismo estiver elevada, a pobreza estará sendo impactada positivamente, já que o percentual de pobres cresce quando a educação é reduzida ou não tem investimentos adequados. (MEDEIROS; NETO, 2011).

Já segundo Rocha (2005), os efeitos das transferências de renda pelos programas sociais variam de acordo com a região, da mesma forma que variam de acordo com a população, já que existem diversidades sociais locais onde a população nas áreas rurais são mais beneficiadas que a população das áreas metropolitanas, ainda que seja possível mencionar que independente da composição familiar, ou seja, se na família tenha criança ou não, estas famílias devem ser beneficiadas, com isto, considera-se que quando a taxa de transferência governamentais de renda for reduzida ou não existir estará acarretando negativamente a pobreza, pois, quando existem transferências de renda o número de pobres e a proporção de pobres é reduzido, melhorando assim a qualidade de vida e bem estar social.

É um desafio considerar que a qualidade e condições de vida de uma pessoa pode afetar a saúde, da mesma forma que a saúde pode influenciar na qualidade de vida, embora que, quando existem intervenções governamentais sobre a saúde, por exemplo, a qualidade de vida é influenciada favoravelmente, além de proporcionar boas condições de trabalho, educação, padrões adequados de alimentação, nutrição e saneamento básico. (BUSS, 2000).

Diante disto, é possível mensurar que quando não existe promoção de saúde, a qualidade de vida não é influenciada, impactando positivamente a pobreza.

Cabe ainda mencionar que existe um impacto da infraestrutura sobre a redução da pobreza, e estudos mostrados por Araújo, Campelo e Marinho (2013), revelam que os determinantes de maior influência na infraestrutura são a oferta de energia, transporte, serviços de água, saúde e telecomunicações, sendo estes considerados serviços básicos em uma sociedade, desse modo, cabe então mencionar que com esses serviços para aqueles considerados mais pobres aumenta a probabilidade de saírem da pobreza, e sem estes mesmo serviços a pobreza é afetada positivamente já que a mesma não estará sendo reduzida de forma proporcional e necessária.

4 EVOLUÇÃO DA POBREZA

Nesta seção é apresentada a evolução da pobreza no Estado de Alagoas no período de 1991 e 2000, seguindo medidas de pobreza como a proporção percentual de pobres, sendo os dados extraídos do IPEADATA, para o propósito de compreender a comparação dos dados no respectivo Estado.

Desse modo, para mensurar o nível de pobreza é necessário identificar onde ela está localizada, para então combatê-la diante de suas condições e necessidades apresentadas, ainda que desde o Plano Real via-se uma nova realidade política imposta ao país, que acarretou em consequências tanto para a população nordestina como para a população nacional, neste sentido, é importante analisar os indicadores da evolução da pobreza de modo que sejam observadas principalmente as transferências de renda, esta considerada um dos fatores principais da pobreza encontrada tanto no Brasil, como no Estado alagoano. (SOBEL; GONÇALVES; COSTA, 2010).

Em concordância com Carneiro, Bagolin e Tai (2016), ao longo dos anos ocorreu uma diminuição na proporção de pobres no Brasil, e de acordo com os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), comprova que houve uma diminuição entre os anos de 1995 a 2009 e o nível de desigualdade de renda também vem diminuindo no mesmo período, isso ocorre devido à falta e má distribuição de recursos. Ainda assim, é possível considerar a redução dos índices de pobreza no Estado de Alagoas, observando que antes os problemas no Estado eram maiores do que os Estados do Maranhão e Piauí, sendo visível também os elevados índices de desigualdade de renda e os baixos níveis de escolaridade. (SOBEL; GONÇALVES; COSTA, 2010).

Diante disto, nota-se, que nos últimos anos a pobreza sofreu uma forte queda devido ao aumento sustentado da renda e a retomada do crescimento econômico. Em 2003 foi considerada uma redução de 20 milhões pessoas referentes ao contingente de pobres sendo este dado comparado pelas informações do ano de 2011. (ROCHA, 2013)

Para Lima, Moreira e Souza (2014, p.29), “A redução da pobreza deveria ser uma das mais importantes metas das políticas de desenvolvimento econômico de qualquer país e, sem dúvida alguma, reduzir a pobreza pode ser considerado um grande desafio”. Neste sentido, Lima, Moreira e Souza (2014) ainda mostram que, com a elevada desigualdade de renda no Brasil, a dificuldade em diminuir a pobreza no país aumenta gradativamente, sendo este um grande desafio para o país, embora que, com a implantação do Plano Real foi possível estabilizar a inflação e em 1995 foi registrado uma redução na intensidade da pobreza, mas,

em 2003 com o novo governo e as novas políticas implementadas continuou com tendência de queda e entre 2005 e 2006 foi registrado uma forte redução da pobreza.

Também foi registrada uma diminuição considerável no número de pessoas abaixo da linha de pobreza nos últimos 30 anos, embora que, quando medida através da renda per capita esta proporção ainda é considerada alta. Foi identificado que na década de 70 houve uma elevação nas taxas econômicas de crescimento, com isso, não foi possível analisar os problemas referentes à pobreza e desigualdade, já na década de 80 apesar da crise houve uma diminuição na proporção de pobres e nos anos 90 ocorreu uma redução no número de pobres através de políticas sociais e estabilização econômica. (CAMPÊLO, 2007, *apud*, CAMPOS *et al.*, 2010).

[...] a taxa de pobreza da região Nordeste é de 50,15%, portanto, mais que o dobro da do país, que é de 20,26%. Na zona rural, os indicadores sociais são mais preocupantes na zona rural nordestina, mais precisamente no semiárido, consequência da posse desigual da terra, das políticas públicas limitadas, do sistema de exploração pouco produtivo, da instabilidade nas relações de trabalho e das condições climáticas específicas, muitas vezes, desfavoráveis. (IBGE, 2008, *apud*, CAMPOS *et al.*, 2010, p.520).

Neste sentido, é possível observar que a uma maior proporção de pobres localizados no Nordeste, e mais precisamente no Semiárido nordestino devido a desigualdade referente ao crescimento regional e estrutura fundiária, como cita Campos *et al.* (2010), informando que as políticas públicas e sociais são executadas no período de seca para o combate da mesma, mas, essas políticas quando má administradas não obtém sucesso devido aos objetivos e estratégias que não foram coerentes com a proposta estabelecida.

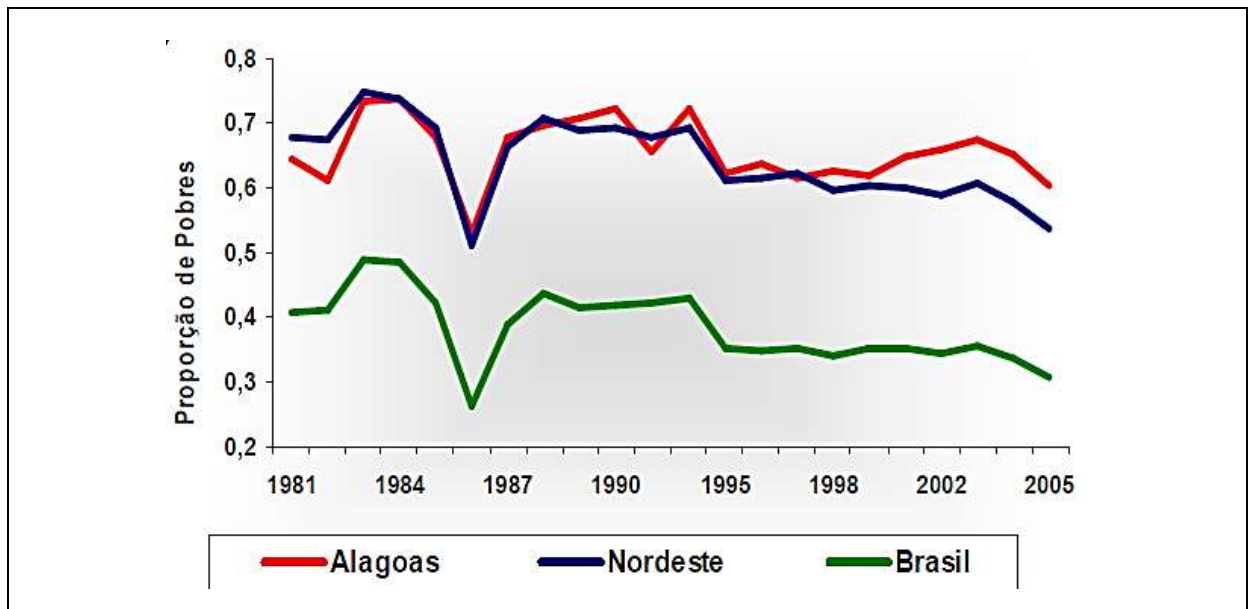
Diante disto, é importante mensurar que as melhores condições de vida, o pleno emprego, a redução de preços e outros determinantes que afetam a todos, principalmente aqueles que ainda permanecem pobres, e quando se fala em fim da pobreza, tem-se em mente à falta de necessidades básicas a sobrevivência física, considerando que no longo prazo tanto as condições de vida como o consumo de bens dependem da oferta de serviços públicos, verificando novamente que é de fundamental importância para redução da pobreza.

É possível compreender que existe uma desigualdade distinta sobre a pobreza, e Carneiro, Bagolin e Tai (2016) mostram que nas regiões de Recife e Porto Alegre até o ano de 2003 apresentam indicadores como um aumento na proporção dos pobres, como também verificam que a pobreza é severamente agravada, embora que em Belém estes mesmos indicadores permaneçam até o ano de 2001, mas, se tratando da severidade da pobreza, esta passa a ser reduzida nas regiões como, em São Paulo, Curitiba, Rio de Janeiro e Fortaleza a partir do ano de 2001, já no Distrito Federal mesmo apresentando um aumento na proporção

dos pobres até o ano de 2003, tanto a intensidade da pobreza como a sua severidade reduziram nos primeiros anos analisados, sendo assim, pode-se concluir que os indicadores tenderam a ser altos até 2003, mas os mesmos foram reduzidos a partir de 2004, informando assim baixos níveis de pobreza.

Embora que, pode-se considerar que em Alagoas existem índices elevados de pobreza resultante normalmente da baixa produtividade e baixa renda per capita, com isto, o governo vem tentando ao longo do tempo fazer com que haja uma redução nesta pobreza. (TEJADA *et al.*, 2007). Como pode ser observado no Gráfico 4 abaixo.

Gráfico 4 – Evolução do percentual de pessoas pobres, para Alagoas, Nordeste e Brasil – 1981 a 2005.



Fonte: Tejada *et al.* (2007, p.9).com base no IPEADATA.

Nota: Linha de pobreza seguida foi de meio salário mínimo

Considerando as afirmações de Tejada *et al.* (2007), a proporção de pobres de Alagoas e Brasil tinha uma diferença de 24% no ano em 1981, mas, em 2005 essa diferença aumentou para 29%, observa-se ainda que, tanto na Região Nordeste como no Estado de Alagoas, a proporção de pobres se manteve acima da proporção do Brasil, sendo perceptível um aumento na década de 90, mesmo que em 2003 observa-se uma queda na proporção de pobres no Brasil, Nordeste e até mesmo no Estado alagoano, podendo então concluir que, essa queda está significativamente associada com a redução da desigualdade de renda que vinha acontecendo desde o ano de 2001.

Neder e Silva (2004), em seus estudos, analisaram os diferentes índices da proporção dos pobres entre 1995 a 2001, observando os Estados de Pernambuco, Alagoas, São Paulo e a

região Nordeste, sendo este dividido em duas sub-regiões. Assim, foram analisados valores das elasticidades da pobreza, possibilitando estabelecer conceitos e resultados sobre o combate à pobreza, verificando que a elasticidade da pobreza cresce com o desenvolvimento das regiões e da desigual distribuição de renda e de acordo com estudos é possível encontrar tanto a linha da pobreza como as condições de combatê-la.

O Brasil é amplamente conhecido como sendo um país com graves problemas de desigualdades regionais sendo que o Nordeste é a mais pobre de todas as regiões. Sua renda *per capita* no ano de 2005 correspondia a 50,93% da renda *per capita* nacional e do total de pobres brasileiros, 48,70% estavam no Nordeste. (TEJADA, *et al.* 2007, p. 08)

Segundo Rocha (2006, p. 271), “Naturalmente a queda mais sustentada, e também mais acentuada, das proporções de pobres e de indigentes nas áreas rurais, aliada à redução da população rural, fazem com que a pobreza e a indigência no Brasil sejam crescentemente fenômenos urbanos e metropolitanos.” E ainda segundo Rocha (2006), foi verificado que em 2003 e 2004, a participação dos indigentes e dos pobres rurais continuou a declinar, onde o percentual de pobres foi de 15,3% e 24% dos indigentes, observando assim, a diferente situação de resultados encontrados no início da década 90.

Em estudos feitos por diversos autores citados por Araujo, Campelo e Marinho (2013), concluíram que apenas crescimento econômico nem sempre é o causador da diminuição da pobreza. No Brasil na década de 1990 houve uma limitação no crescimento econômico resultante de uma baixa medida de desenvolvimento humano, já em uma análise posterior existiu uma redução no grau de desigualdade que teve como resultado uma queda na pobreza, assim, com um discreto crescimento derivado da distribuição de renda ocorreu uma diminuição no coeficiente de Gini e conseqüentemente uma significativa redução da desigualdade de renda.

Assim, pode-se notar de acordo com as análises de Tejada, Rocha e demais autores citados acima, que é necessário rever com a base de dados os diferentes indicadores e os níveis de pobreza, comparando os resultados do Brasil e suas regiões, como o Estado alagoano que também se encontra com maiores níveis de proporção da pobreza, como também de indigência, observando ainda que a desigualdade de distribuição de renda, altas taxas de analfabetismo, desemprego e outros indicadores afetam toda população, mesmo aqueles mais pobres, com isto, pode-se perceber que é possível analisar a distribuição de renda em relação à pobreza e verificar de que forma as ações políticas possam agir para que tanto a desigualdade de renda como a pobreza possam ser reduzidas.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o objetivo de analisar como alguns indicadores socioeconômicos afetam a pobreza, a pesquisa realizada neste trabalho é bibliográfica e classificada como sendo descritiva. Onde, uma pesquisa descritiva pode ser definida como uma descrição de características de uma determinada população ou fenômenos, utilizando técnicas para coleta de dados, como pesquisa referente à idade, sexo, população entre outros. (GIL, 2008).

Com isto, é feita uma coleta de dados no IPEADATA (2011) (base de dados macroeconômicos sobre o Brasil organizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA) de todos os municípios alagoanos, com exceção do município Jequiá da Praia, com o período de análise de 1991 e 2000, analisando; Pessoas Pobres, População Rural, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) – Dimensão Longevidade, Domicílios com energia elétrica, Domicílios com serviço de coleta de lixo, Transferências Governamentais, Desigualdade - Índice L de Theil, Pessoas que completaram pelo menos um ano de curso universitário, Pessoas que não completaram a quarta série do fundamental, Evasão escolar - pessoas 5 a 6 anos - fora da escola, Enfermeiros residentes com curso superior. Mostrando assim, que este trabalho segue uma pesquisa quantitativa, onde será seguido um método estatístico, e com base nesses dados fazendo uma análise das estimativas dos indicadores de pobreza para obtenção de gráficos e resultados.

Quadro 1 – Variáveis utilizadas no modelo econométrico (1991 – 2000).

VARIÁVEL	DESCRIÇÃO	Relação esperada	UNIDADE
PP - Pessoas Pobres	Percentual de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$75,50, equivalentes a meio salário mínimo vigente em agosto de 2000.	Variável dependente	%
PR - População Rural	População total residente na área rural (nesta população se exclui os empregados domésticos e pensionistas).	Positiva	%
IDHMDL - Dimensão Longevidade	Sub-índice do IDH relativo à dimensão Longevidade. É obtido a partir do indicador esperança de vida ao nascer.	Negativa	%
DEE- Domicílios com energia elétrica	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com iluminação elétrica, proveniente ou não de uma rede geral, com ou sem medidor.	Negativa	%
DSCL - Domicílios com serviço de coleta de lixo	Percentual de pessoas que vivem em domicílios em que a coleta de lixo é realizada diretamente por empresa pública ou privada. São considerados apenas os domicílios localizados em área urbana.	Negativa	%
TG - Transferências Governamentais	Equivale à participação percentual das rendas provenientes de transferências governamentais	Negativa	%

	(aposentadorias, pensões e programas oficiais de auxílio, como renda mínima, bolsa-escola e seguro-desemprego, etc) na renda total do município.		
DILT - Desigualdade - Índice L de Theil	Mede a desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. É o logaritmo da razão entre as médias aritmética e geométrica das rendas individuais, sendo nulo quando não existir desigualdade de renda entre os indivíduos e tendente ao infinito quando a desigualdade tender ao máximo.	Positiva	%
PIU - Pessoas que completaram pelo menos um ano de curso universitário	Percentual de pessoas de 25 ou mais anos de idade que completaram pelo menos um ano de curso universitário.	Negativa	%
PNC4F - Pessoas que não completaram a quarta série do fundamental	Percentual de pessoas de 25 ou mais anos de idade que não completaram a quarta série do fundamental, ou seja, que podem ser classificados como “analfabetos funcionais”.	Positiva	%
EE - Evasão escolar - pessoas 5 a 6 anos - fora da escola	Percentual de pessoas de 5 a 6 anos de idade que não frequentam a escola. Somente para 2000.	Positiva	%
ER – enfermeiros residentes com curso superior	Razão entre o total de pessoas residentes no município que exercem a profissão de enfermeiro e que têm curso superior e o total das pessoas residentes no município que exercem esta profissão vezes cem.	Negativa	%

Fonte: Elaboração própria

Nota: Elaborado a partir dos dados do IPEADATA (2011).

Pode-se mencionar que as variáveis PP, TG, e DILT são relacionadas com renda, já PIU, PNC4F e EE são relacionados com educação, ER e IDHMDL são relacionados com saúde, DEE e DSCL são relacionados com habitação e a PR relaciona-se com a demografia. Desse modo, considera-se que as variáveis analisadas impactam no crescimento ou diminuição da proporção de pobres nas cidades alagoanas, e que cada variável inserida no modelo é relacionada com os principais indicadores socioeconômicos, tais como; renda, saúde, educação, habitação e demografia.

O método estatístico é a análise de dados em painel de dois períodos, abordado por Wooldridge (2012), onde o mesmo mostra que é o tipo mais simples de dados em painel. Uma vantagem de usar dados em painel é separar os fatores não observados que afetam a variável dependente em dois tipos; os que são constantes e os que variam ao longo do tempo, onde, i representa a unidade de corte transversal e t o período de tempo, escrevendo assim um modelo com uma única variável explicativa observada na equação abaixo:

$$y_{it} = \beta_0 + \beta_1 x_{it} + a_i + u_{it}, \quad t = 1, 2. \quad (1)$$

A equação (1) é chamada de modelo de efeitos não observados ou modelo de efeitos fixos, em que y_{it} é a pessoa, empresa, cidade etc., e t é o período de tempo, já a variável a_i (chamado de efeito não observado) capta todos os fatores não observados, constantes no tempo e que afetam y_{it} , e o erro u_{it} é chamado muitas vezes de erro idiossincrático ou erro de variável temporal, já que ele apresenta fatores não observados que mudam ao longo do tempo e afetam y_{it} .

Já para estimar o parâmetro de interesse β_1 a partir de dois anos de dados em painel, é necessário agrupar os dois anos e usar o Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Para o MQO agrupado produzir um estimador consistente de β_1 deve-se supor o efeito não observado a_i não se correlaciona com x_{it} , observando assim na equação abaixo.

$$y_{it} = \beta_0 + \beta_1 x_{it} + v_{it}, \quad t = 1, 2. \quad (2)$$

Na equação (2) o $v_{it} = a_i + u_{it}$, sendo este chamado muitas vezes de erro composto, devendo ainda considerar que para o MQO estimar β_1 consistentemente, o v_{it} não pode se correlacionar com x_{it} , em $t = 1$ ou 2 . Independentemente de usar um único corte transversal ou agrupar os dois cortes transversais, ainda assim deve-se supor que mesmo que o erro idiossincrático u_{it} , seja não correlacionado com x_{it} . O MQO agrupado poderá ser tendencioso e inconsistente se a_i e x_{it} forem correlacionados.

A principal razão para coletar dados em painel é considerar que o efeito não observado (a_i) é correlacionado com as variáveis explicativas, embora que na equação a seguir o efeito não observado não aparece.

$$\Delta y_i = \delta_0 + \beta_1 \Delta x_i + \Delta u_i \quad (3)$$

Desse modo, a equação (3) é chamada de equação de primeiras diferenças, sendo esta apenas uma equação única de corte transversal, que cada variável é diferenciada ao longo do tempo, onde, Δ é a mudança de $t = 1$ para $t = 2$ e que Δu_i está correlacionado com Δx_i . Deve-se observar que a diferenciação de dados em painel de dois anos é um meio considerado poderoso de controlar os efeitos não observados, já que elimina efeitos fixos.

Os conjuntos de dados em painel são mais difíceis de serem coletados do que de um corte transversal, e neste sentido, os dados em painel são mais fáceis quando se obtém dados sobre escolas, cidades, municípios e até mesmo estados e países.

Neste trabalho, a análise dos fatores determinantes da pobreza será feita com base no modelo econométrico a ser estimado, na forma empilhada, representado pela equação 7.

$$PP = \beta_0 + \beta_1 PR_{it} + \beta_2 IDHMDL_{it} + \beta_3 DEE_{it} + \beta_4 DSCL_{it} + \beta_5 TG_{it} + \beta_6 DILT_{it} + \beta_7 P1U_{it} + \beta_8 PNC4F_{it} + \beta_9 EE_{it} + \beta_{10} ER_{it} + \varepsilon_{it} \quad (7)$$

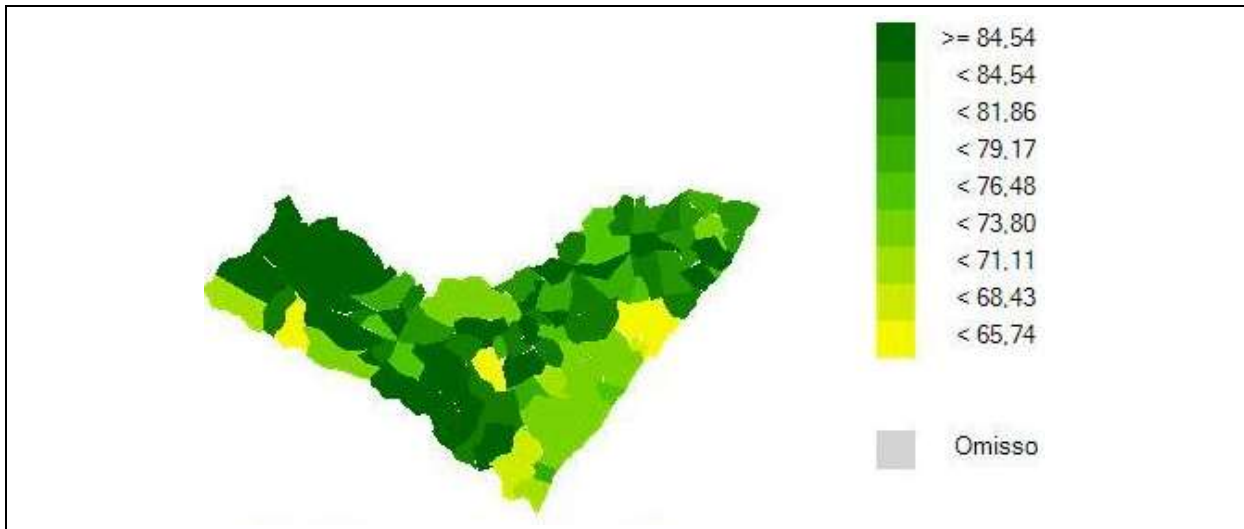
Em que, PP representa a variável dependente i no período t ; β_0 representa os efeitos específicos para cada variável independente, β_1 a β_{10} são os parâmetros a serem estimados, PR_{it} ; $IDHMDL_{it}$; DEE_{it} ; $DSCL_{it}$; TG_{it} ; $DILT_{it}$; $P1U_{it}$; $PNC4F_{it}$; EE_{it} ; ER_{it} são as variáveis explicativas e ε_{it} representa o termo de erro.

6 RESULTADOS E DISCURSÕES

6.1 Evolução da pobreza em Alagoas.

Conforme os dados do IPEADATA é possível observar nas Figuras 1 e 2 abaixo o percentual de pessoas pobres no Estado de Alagoas nos anos de 1991 e 2000.

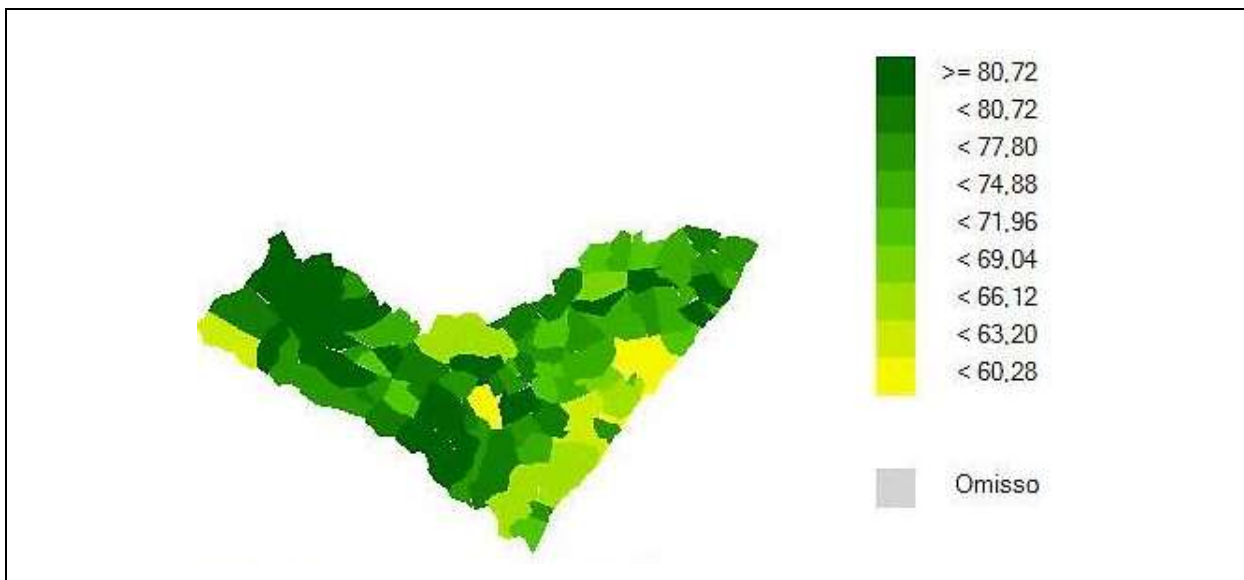
Figura 1 – Percentual de pessoas pobres em Alagoas no ano 1991.



Fonte: IPEADATA (2011).

Nota: renda domiciliar per capita equivalente a meio salário mínimo.

Figura 2 – Percentual de pessoas pobres em Alagoas no ano 2000.



Fonte: IPEADATA (2011).

Nota: renda domiciliar per capita equivalente a meio salário mínimo.

De acordo com as Figuras 1 e 2, é possível mencionar que no ano de 1991 o percentual de pessoas mais pobres era maior que 84%, considerando neste sentido alguns desses municípios, tais como; Traipu, São José da Tapera e Poço das Trincheiras, já no ano 2000 o

percentual de pessoas mais pobres foi reduzido para 80%, considerando dentre os mais pobres os três municípios aqui já citados, e ao observar os municípios menos pobres com um percentual abaixo de 65% no ano de 1991 e 60% no ano 2000, Maceió e Arapiraca foram os que tiveram melhor percentual dentre os 102 municípios existentes no Estado de Alagoas, sendo assim, a maior parte dos municípios mais pobres estão concentrados no Sertão alagoano.

Em 1981, considerando a proporção de pobres, cujas aquelas que obtinham até meio salário mínimo, totalizavam mais de 1 milhão de pessoas pobres no Estado de Alagoas, sendo então considerado 65% da população, já em 2005 foi perceptível que apesar do aumento da população, houve uma diminuição de 5% do total de pobres, mesmo assim, o Estado passou a ocupar a primeira posição do ranking da pobreza no Nordeste, sendo considerada uma situação grave. Diante disto, a pobreza pode ser reduzida através do crescimento econômico, perante a necessidade das empresas em obtenção de mão de obra, aumentando os índices de emprego e conseqüentemente aumentando a renda, moradia e saúde das famílias. (TEJADA *et al.*, 2007).

Desde modo, é necessário analisar os problemas estruturais do Estado de Alagoas, pois, existem dificuldades na economia relacionada à pobreza com alguns indicadores sociais, verificando ainda que dos nove estados do Nordeste, Alagoas é considerado o mais pobre, onde, mais da metade da população é beneficiada pelo Programa Bolsa Família. Além de poder mencionar que o Estado analisado possui uma má distribuição de renda, é possível compreender outros fenômenos regionais determinantes da pobreza como a geração incapaz de renda, esta causada pelos serviços informais e pela economia pouco desenvolvida. (CARVALHO, 2008).

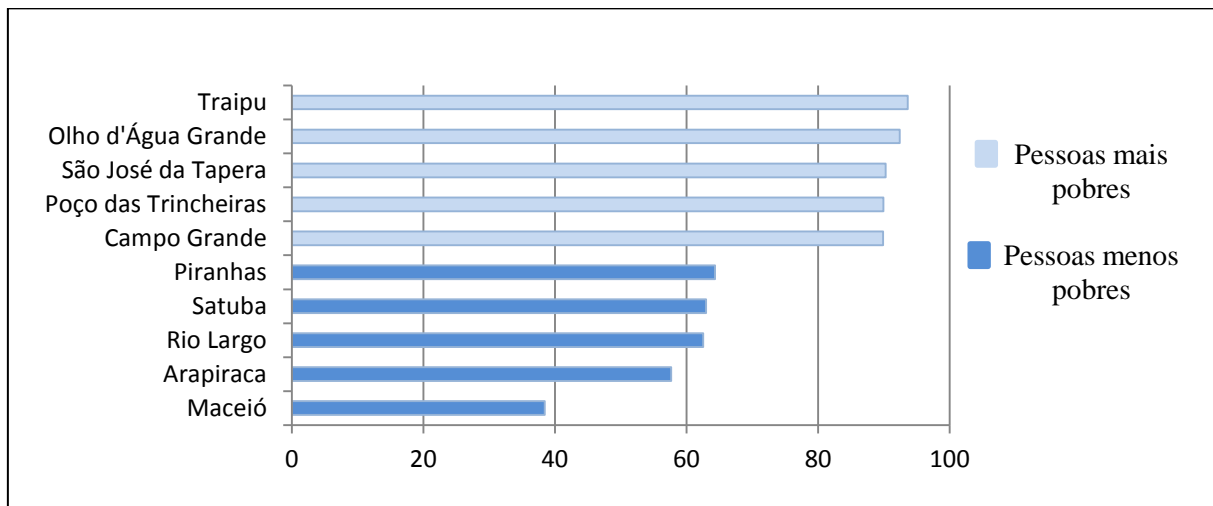
Carvalho (2008), afirma que a pobreza em Alagoas é generalizada, mostrando ainda que segundo estudos do IPEA e IBGE o Estado alagoano é o mais desigual do Brasil, e de acordo com sua má distribuição de renda é possível mencionar que 294 mil pessoas não tem renda e em muitos casos a pobreza regional é dada perante a cor da pele, embora isto, mesmo que a construção de novos investimentos para produção e distribuição de renda mantenha-se lenta, o poder público traça linhas com políticas e programas sociais que auxiliam na redução da pobreza e conseqüentemente no crescimento populacional, entendendo assim características do mercado regional.

De acordo com o APÊNDICE A (p. 46), nota-se que Pessoas Pobres apresentaram uma média de 80,08% no ano de 1991, já no ano de 2000 a mesma apresentou uma média de 75,09%, tendo então a conclusão de que a pobreza média teve uma pequena redução, houve

também uma pequena redução percentual de 8,61 da População Rural entre os anos de analisados. É possível ainda mencionar que na variável Domicílios com energia elétrica o seu percentual médio obteve uma redução da pobreza, pois, houve um aumento de Domicílios com energia elétrica, contando assim que no ano de 1991 a média era de 61,98% passando para 83,01% no ano 2000, e em relação com os Anos de estudo – mais de 11 – pessoas de 25 anos e mais, teve em média um pequeno aumento percentual de 0,57 nos anos analisados, já na variável Anos de estudo – menos de 4 – pessoas de 25 anos ou mais houve uma redução de 9,7% entre os ano de 1991 e 2000.

É possível analisar os níveis percentuais dos municípios mais pobres e menos pobres do Estado de Alagoas, sendo estes apresentados nos Gráficos 5 e 6 a seguir.

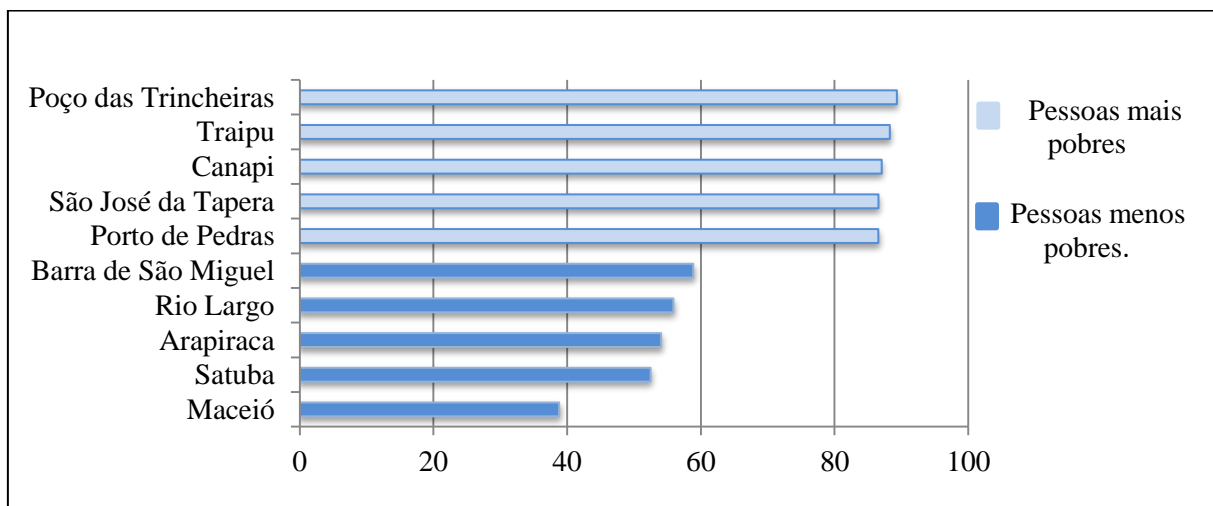
Gráfico 5 – Principais municípios mais pobres no ano 1991.



Fonte: Elaboração própria.

Nota: Elaborado a partir dos dados do IPEADATA (2011).

Gráfico 6 – Principais municípios mais pobres no ano 2000.



Fonte: Elaboração própria.

Nota: Elaborado a partir dos dados do IPEADATA (2011).

Conforme os dados do IPEADATA, dos 102 municípios do Estado de Alagoas com exceção de Jequiá da Praia foram analisados os cinco municípios mais ricos e os cinco mais pobres nos períodos de 1991 e 2000, sendo possível verificar o percentual nos Gráficos 5 e 6, que dentre esses municípios analisados houve uma diminuição no percentual de pobres, porém, em uma pequena proporção, considerando assim os municípios menos pobres no ano de 1991 seguindo uma ordem percentual entre Maceió, Arapiraca, Rio Largo, Satuba e Piranhas e no ano de 2000 Maceió, Satuba, Arapiraca, Rio Largo e Barra de São Miguel, e considerando os municípios mais pobres em 1991 seguindo também uma ordem percentual entre Traipu, Olho d'Água Grande, São José da Tapera, Poço das Trincheiras e Campo Grande e em 2000 Poço das Trincheiras, Traipu, Canapi, São José da Tapera e Porto da Pedras, diante disto, foi possível verificar que a diminuição da pobreza assim citada é dada perante o melhoramento pré-estabelecido e também citado anteriormente, como o aumento de escolaridade proporcionando aumento de emprego e renda da população, além do crescimento populacional, programas para redução da pobreza, entre outros.

Ainda sobre os municípios analisados nos Gráficos 5 e 6 acima, é possível observar que entre os anos estudados, o município de Poço das Trincheiras foi o que mais aumentou seu percentual em relação a pobreza, passando a ser no ano de 2000 o município mais pobre entre os 101 aqui também estudados, embora que, Satuba, Rio Largo e Arapiraca reduziram seus percentuais também em relação a pobreza, sendo então possível verificar que tanto no ano de 1991 quanto no ano de 2000 Maceió é o município considerado menos pobre do Estado alagoano, já Traipu é considerado o mais pobre no ano de 1991 e Poço das Trincheiras também o mais pobre no ano de 2000.

Diante disto, considera-se que a economia de Alagoas é frágil e necessita da presença do Estado para impulsionar suas atividades, fazendo então uma distribuição de atividades e serviços prestados que sejam relativamente formais para que haja concentração de renda ativa, principalmente para aqueles considerados mais pobres. As políticas e ações implantadas pelo Estado tem o objetivo de reduzir a pobreza, aumentando assim o bem estar social para uma melhor qualidade de vida.

6.2 Determinantes da pobreza em Alagoas

Diante das grandes desigualdades entre as regiões alagoanas, como também dos fortes problemas quanto à distribuição de renda, é possível considerar que o IDH impacta negativamente na pobreza, da mesma forma que as transferências de renda existentes reduzem o número de pobre levam a um impacto negativo à pobreza. Pode-se ainda considerar alguns

fatores que impactam positivamente na pobreza, como a educação reduzida ou falta de investimentos adequados para promoção educacional, além da inexistência da promoção a saúde e inexistência de serviços de infraestrutura que auxiliam em uma melhor qualidade de vida humana.

Desse modo, pode-se mencionar que algumas variáveis podem impactar positiva e negativamente na pobreza como mostrados nos resultados a partir dos modelos econométricos (equação 2 e equação 3), estimando o MQO agrupado e o MQO de primeiras diferenças com base de dados do IPEADATA nos anos de 1991 e 2000 de todos os municípios alagoanos, com exceção de Jequiá da Praia, obtendo os resultados encontrados na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1 – Regressão de 101 municípios alagoanos nos anos de 1991 e 2000 – variável dependente: proporção de pobres (PP).

VARIÁVEIS	MQO DE PRIMEIRAS DIFERENÇAS	MQO AGRUPADO
	COEFICIENTES	
Constante	5,357** (2,137)	52,253*** (6,648)
PR	0,067* (0,034)	0,042*** (0,016)
IDHMDL	-0,301*** (0,114)	-0,104* (0,056)
DEE	-0,086** (0,041)	-0,097*** (0,022)
DSCL	-0,001 (0,018)	-0,024* (0,013)
TG	0,108 (0,119)	0,275*** (0,076)
DILT	0,035 (0,029)	0,025 (0,024)
PIU	-1,795** (0,692)	-1,340*** (0,281)
PNC4F	0,269** (0,118)	0,507*** (0,061)
EE	0,060 (0,038)	-0,069*** (0,022)
ER	0,032 (0,025)	0,026 (0,022)
Teste F	5,408	113,719
R-Quadrado	0,375	0,856
R-quadrado ajustado	0,306	0,849
Erro padrão	3,615	3,337
Observações	101	202

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Elaborado a partir dos dados do IPEADATA (2011). 1) Entre parênteses encontram-se o erro padrão, 2) Níveis de significância: ***: Significativo a 1%; **: Significativo a 5%; *Significativo a 10%.

Para análise da regressão foi utilizado à amostra de 101 municípios do Estado de Alagoas, com o período de análise de dois anos (1991 e 2000) com dados do IPEADATA,

para que se possam obter regressões utilizadas na Tabela 1 acima, assim, foram estimadas duas regressões (MQO agrupado e MQO de primeiras diferenças) sendo importante deixar claro que o MQO agrupado supõe que o efeito fixo de cada município é não correlacionado com as variáveis independentes (efeito aleatório) e no MQO de primeiras diferenças cada variável é diferenciada ao longo do tempo eliminando os efeitos fixos não observáveis.

A variável que representa pessoas que completaram pelo menos um ano de curso universitário (PIU) obteve sinal do coeficiente negativo e sua estimativa foi significativa a 5%, assim esta variável foi a que obteve maior impacto na pobreza em Alagoas, sendo possível observar que a educação é muito importante para que a pobreza seja reduzida, onde, para promover o crescimento econômico também é necessário manter investimentos em educação capazes de retirar as pessoas da extrema pobreza, pois, quando há uma redução na taxa de analfabetismo a taxa de pessoas pobres também se reduz, com isto, o baixo nível de educação é um dos principais determinantes da falta de renda das pessoas, fazendo com que a pobreza e desigualdade social sejam cada vez mais agravadas.

Em concordância com Schultz (1960) citado por Araújo e Marinho (2015, p.569), “[...] a educação tem como função precípua desenvolver habilidades e conhecimentos objetivando o aumento da produtividade e maiores ganhos de habilidades cognitivas”, pois, quanto maior a produtividade maior será considerada a renda, reduzindo assim as desigualdades existentes, já que o aumento do bem-estar dos pobres depende do conhecimento atribuído principalmente com a educação.

A desigualdade educacional, desemprego e más condições de infraestrutura afetam a pobreza, ainda que, quanto menor for a cobertura de serviços de coleta de lixo, água e esgoto, maior será os indicadores de pobreza nos municípios, com isto, políticas públicas são voltadas para incluir ao mercado de trabalho as pessoas que se encontram em extrema pobreza, além de promover melhores condições de saúde, qualidade de vida e redução de problemas quanto a insuficiência de renda da população. (MEDEIROS; NETO, 2011).

As variáveis IDHM-Dimensão Longevidade (IDHMDL) e Domicílios com energia elétrica (DEE) tiveram o sinal do coeficiente negativo e suas estimativas foram significativas a 5%, porém, houve um pequeno impacto na pobreza, e Pessoas que não completaram a quarta série do fundamental (PNC4F) teve o sinal do coeficiente positivo e foi significativa a 5%, no entanto, também como as duas variáveis acima não houve grande impacto na pobreza.

Considerando as variáveis correspondentes a Domicílios com serviço de coleta de lixo (DSCL), Transferências Governamentais (TG), Desigualdade – Índice L de Theil (DILT), Evasão escolar – pessoas 5 a 6 anos – fora da escola (EE) e Enfermeiros residentes com curso

superior (ER), é possível afirmar que somente DSCL contém o sinal do coeficiente negativo e as demais com sinal positivo, mas, nenhuma obteve resultado estatisticamente significativo.

A partir disto, ao analisar 101 municípios alagoanos pode-se afirmar que através da regressão realizada e interpretada anteriormente, é possível apresentar um grau de significância maior para o determinante da educação, pois, quanto maior o nível educacional, menor será o nível de pobreza, levando necessariamente a um aumento de renda principalmente para as famílias consideradas mais pobres. Apesar de algumas variáveis contidas no modelo tenham sido apresentadas como significantes, as mesmas tiveram um pequeno impacto na pobreza e outras não foram estatisticamente significantes, contudo, é possível mencionar que ações e ajustes socioeconômicos sejam criados e aperfeiçoados para que a pobreza seja reduzida de modo satisfatório.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização da pesquisa, é possível concluir que para medir a linha da pobreza é necessário determinar seus indicadores, considerando a desigualdade de renda, educação, desemprego, entre outras, além de poder considerar de princípio que a determinação de pobre é aquele que se encontra limitado ao nível de obter renda suficiente para suas necessidades, sendo ainda aquele que possui renda domiciliar per capita de até meio salário mínimo.

Sabe-se que a desigualdade de renda afeta o crescimento econômico, e com base nos impactos na distribuição de renda, são evidentes que o Governo brasileiro tenha implantando políticas de transferência de renda e programas que objetivam combater a pobreza e a desigualdade, ainda que alguns desses programas passem a gerar para a população considerada mais pobre melhores condições de educação, alimentação e até mesmo de saúde. Ainda assim, é perceptível a elevação da taxa de desemprego ao longo dos anos estudados, mesmo considerando que quanto maior a taxa de emprego menor será a proporção de pobres, observando também que uma melhor qualidade educacional possa proporcionar uma redução da pobreza.

Dessa forma, ao analisar os 102 municípios alagoanos nos anos de 1991 e 2000, com exceção de Jequiá da Praia, foi possível constatar que o município de Maceió é o menos pobre do Estado, já Traipu e Poço das Trincheiras são os mais pobres nos respectivos anos, sendo possível observar que a maior proporção de pobres estão concentrados no Sertão de Alagoas. Considerando que a economia encontra-se frágil, é necessário que o Estado apresente e execute ações e políticas que reduzam a pobreza e desigualdade de renda, como também reduzindo as limitações quanto à má qualidade educacional, infraestrutura, saúde pública e outros, levando em consideração que quanto menor for o nível de pobreza melhor será a qualidade de vida da população.

Diante disto, os resultados obtidos tiveram apenas os períodos de 1991 e 2000 para análise perante suas limitações de dados, sendo possível observar a pobreza e seus principais indicadores socioeconômicos no Estado de Alagoas, desse modo, vale salientar que é possível para trabalhos futuros realizar uma análise mais completa conforme dados mais atuais tendo um foco para educação, já que este foi o indicador que obteve maior impacto para diminuição da pobreza em Alagoas, para que assim possa entender melhor como a pobreza pode ser reduzida no Estado.

Portanto, cabe mencionar que ao longo dos anos mesmo com a redução da pobreza e a intervenção do Governo mobilizando medidas e ações benéficas para que possam impulsionar

o crescimento econômico, muitas pessoas encontram-se abaixo da linha da pobreza, dessa forma, é necessário que haja uma participação do Governo de forma mais eficaz, objetivando uma maior diminuição da pobreza e melhor qualidade de vida igual para toda população.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Jair Andrade de; MARINHO, Emerson. Estudo sobre a desigualdade de renda e seus determinantes no Brasil. **Revista Políticas Públicas**, v. 19, n. 2, p. 565-574, 2015. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321143695019>> Acesso em: 05 de março de 2017
- ARAUJO, Jair; CAMPELO, Guaracyane; MARINHO, Emerson. O impacto da infraestrutura sobre a pobreza para o Brasil. **ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA**, v. 41, 2013. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/encontro/2013/files_I/i12-a845a1ff97efe102932cbda215972c2d.pdf> Acesso em: 08 de agosto de 2017
- BARROS, Ricardo Paes de. Os determinantes da desigualdade no Brasil. 1995. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/12129/000086198.pdf>> Acesso em: 11 de março de 2018
- BEZERRA, Luciane de Araújo, et al. **Pró-pobre ou empobrecedor: qual a contribuição do crescimento econômico para Alagoas?**. Análise–Revista de Administração da PUCRS, v. 21, n. 2, 2010. Disponível em:<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/viewArticle/9617>> Acesso em: 04 de outubro de 2010
- BUSS, Paulo Marchiori. Globalização, pobreza e saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 6, 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/630/63013517019.pdf>> Acesso em: 22 de setembro de 2017
- BUSS, Paulo Marchiori. Promoção da saúde e qualidade de vida. **Ciência & saúde coletiva**, v. 5, n. 1, 2000. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/630/63050114.pdf>> Acesso em: 29 de outubro de 2017
- CAMPOS, Robério Telmo et al. **Análise das causas socioeconômicas da pobreza rural no Ceará**. 2010. Disponível em:<http://repositorio.ufc.br/ri/bitstream/riufc/4981/1/2010_art_rtcampos.pdf> Acesso em: 04 de agosto de 2017
- CARNEIRO, Douglas Mesquita; BAGOLIN, Izete Pengo; TAI, Silvio Hong Tiing. Determinantes da pobreza nas Regiões Metropolitanas do Brasil no período de 1995 a

2009. **Revista Nova Economia**, v. 26, n. 1, 2016. Disponível em:

<<http://www.redalyc.org/html/4004/400446747003/>> Acesso em: 06 de agosto de 2017

CARVALHO, Cícero Péricles de. **Economia popular: uma via de modernização para**

Alagoas. UFAL, 2008. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?hl=pt-](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=PoLx-hLlvfEC&oi=fnd&pg=PP7&dq=pobreza+em+alagoas&ots=aTl9rUf-05&sig=QRxx84GJnCBsZ8FTvDFhsrooGNY#v=onepage&q=pobreza%20em%20alagoas&f=false)

[BR&lr=&id=PoLx-hLlvfEC&oi=fnd&pg=PP7&dq=pobreza+em+alagoas&ots=aTl9rUf-05&sig=QRxx84GJnCBsZ8FTvDFhsrooGNY#v=onepage&q=pobreza%20em%20alagoas&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=PoLx-hLlvfEC&oi=fnd&pg=PP7&dq=pobreza+em+alagoas&ots=aTl9rUf-05&sig=QRxx84GJnCBsZ8FTvDFhsrooGNY#v=onepage&q=pobreza%20em%20alagoas&f=false)> Acesso em: 25 de janeiro de 2018

CASTRO, Jorge Abrahão de et al. **Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por estado no Brasil**. 2010. Disponível em:

<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5293/1/Comunicados_n58_Dimens%C3%A3o.pdf> Acesso em: 05 de agosto de 2017

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

p. 28. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>> Acesso em: 21 de setembro de 2017

HOFFMANN, Rodolfo. Distribuição de renda. **Medidas de Desigualdade e Pobreza,**

Editora da Universidade de São Paulo, 1998. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/profile/Rodolfo_Hoffmann/publication/268000437_DISTRIBUICAO_DA_RENDA/links/56eab6d108aee3ae24a27845/DISTRIBUICAO-DA-RENDA.pdf> Acesso em: 05 de março de 2018.

IPEADATA. Ipeadata social: dados e indicadores sobre distribuição de renda, pobreza,

educação, saúde, previdência social e segurança pública. **Nível demográfico - municípios.**

2011. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>> Acesso em: 16 de setembro de 2017

LIMA, Gabrielle Pagliusi Paes de; MOREIRA, Tito Belchior Silva; SOUZA, Geraldo da

Silva e. Eficiência dos gastos públicos no Brasil: análise dos determinantes da pobreza.

Revista Economia e Desenvolvimento, v. 13, n. 1, 2014. Disponível em:

<<http://www.okara.ufpb.br/ojs/index.php/economia/article/view/22704/12579>> Acesso em: 05 de março de 2017

MARINHO, Emerson; SOARES, Francisco. Impacto do crescimento econômico e da concentração de renda sobre a redução da pobreza nos estados brasileiros. **Encontro Nacional de Economia**, v. 31, 2003. Disponível em:

<<https://core.ac.uk/download/pdf/6357721.pdf>> Acesso em: 05 de agosto de 2017

MARTINS, Clitia Helena Backx. Pobreza, meio ambiente e qualidade de vida: indicadores para o desenvolvimento humano sustentável. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 30, n. 3, p. 171-188, 2002. Disponível em:

<<http://revistas.fee.tche.br/index.php/%EE%80%80indicadores%EE%80%81/article/viewFile/1412/1775>> Acesso em: 07 de agosto de 2017

MEDEIROS, Cleyber Nascimento de; NETO, Valdemar Rodrigues de Pinho. **Os determinantes espaciais da extrema pobreza no Estado do Ceará-2010**. 2011. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/textos_discussao/TD_97.pdf> Acesso em: 26 de setembro de 2017

NEDER, Henrique Dantas; SILVA, Jorge Luiz Mariano da. Pobreza e distribuição de renda em áreas rurais: uma abordagem de inferência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 42, n. 3, p. 469-486, 2004. Disponível em:

<<http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/156085/2/24506.pdf>> Acesso em: 27 de setembro de 2016

NERI, Marcelo Cortes; SOARES, Wagner Lopes. Pobreza, ativos e saúde no Brasil. 2002. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/601/1313.pdf?sequence=2&isAllowed=y>> Acesso em: 22 de setembro de 2017

PIZZIO, Alex. O que define os pobres como pobres: controvérsias acerca do conceito de pobreza. **Revista Ágora, Salgueiro-PE**, v.5, n. 1, p. 96-117, 2010. Disponível:

<<<http://docshare01.docshare.tips/files/24885/248852605.pdf>>> Acesso em: 11 de março de 2018

ROCHA, Sonia et al. Impacto sobre a pobreza dos novos programas federais de transferência de renda. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 9, n. 1, p. 153-185, 2005. Disponível em:<http://www.ie.ufrj.br/images/blog/REC_9.1_06_Impacto_sobre_a_pobreza_dos_novos_programas_federais_de_transferencia_de_renda.pdf> Acesso em: 18 de outubro de 2017

ROCHA, Sonia. Pobreza e indigência no Brasil: algumas evidências empíricas com base na PNAD 2004. **Nova economia**, v. 16, n. 2, p. 265-299, 2006. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-63512006000200003&script=sci_arttext>

Acesso em: 03 de outubro de 2016

ROCHA, Sonia. Pobreza no Brasil: a evolução de longo prazo (1970-2011). **Rio de Janeiro: XXV Fórum Nacional, Instituto Nacional de Altos Estudos**, 2013. Disponível em:

<<http://democraciapopular.org.br/disco/arquivos/material-de-apoio/texto-04--prof.-marcelo-proni--pobreza-no-brasil-a-evolu%C3%A7%C3%A3o-de-longo-prazo.pdf>> Acesso em: 26 de

setembro de 2016

SOBEL, Tiago Farias; GONÇALVES, Michela Barreto Camboim; COSTA, Ecio de Farias.

Evolução e caracterização dos níveis de pobreza do Nordeste entre 1995 e 2005. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 48, n. 1, p. 63-83, 2010. Disponível em:

<http://ageconsearch.tind.io/record/150201/files/RESR_v48n1_artigo04.pdf> Acesso em: 03

de outubro de 2016

TEJADA, César Augusto Oviedo et al. A pobreza em Alagoas: evolução e determinantes (1981-2005). **XLV CONGRESSO DA SOBER**. 2007. Disponível em:

<<http://www.sober.org.br/palestra/6/412.pdf>> Acesso em: 20 de setembro de 2016

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Introdução à econometria: uma abordagem moderna**. - São Paulo: Cengage Learning, 2012. p. 428-436. Acesso em: 25 de janeiro de 2018

APÊNDICE

APÊNDICE A – Estatística descritiva de todos os municípios alagoanos nos anos 1991 e 2000.

VARIÁVEIS	MÉDIA		MEDIANA		DESVIO PADRÃO		MÍNIMO		MÁXIMO	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Pessoas Pobres	80,08	75,09	82,17	75,98	8,41	8,04	38,44	38,81	93,61	89,33
População Rural	57,82	49,21	62,00	49,23	21,12	21,63	7,26	0,25	100,00	93,30
IDHM - Dimensão Longevidade	0,52	0,63	0,52	0,64	0,05	0,05	0,43	0,52	0,64	0,73
Domicílios com energia elétrica	61,98	83,01	61,08	84,63	18,27	11,53	24,86	44,22	98,37	99,69
Domicílios com serviço de coleta de lixo	53,04	86,78	57,37	89,01	25,33	11,05	0,00	26,12	98,75	98,87
Transferências Governamentais	12,55	18,28	12,26	18,52	2,84	3,56	7,27	10,22	21,66	30,94
Desigualdade - índice L de Theil	0,42	0,55	0,41	0,53	0,11	0,12	0,26	0,36	0,79	0,92
Anos de estudo - mais de 11 - pessoas 25 anos e mais	0,79	1,36	0,44	0,95	1,37	1,52	0,00	0,05	11,42	12,45
Anos de estudo - menos de 4 - pessoas 25 anos e mais	78,83	69,13	81,05	71,03	8,54	8,71	36,09	31,25	90,36	82,19
Evasão escolar - pessoas 5 a 6 anos - fora da escola	75,05	36,97	77,44	35,84	10,61	10,73	47,35	14,64	95,38	64,61
Enfermeiros residentes com curso superior	2,55	9,56	0,27	3,37	6,18	14,64	0,00	0,00	35,86	78,71

Fonte: Elaboração própria

Nota: Elaborado a partir dos dados do IPEADATA (2011).

